



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Serviço Social, geração e classes sociais

Sub-eixo: Envelhecimento

**O CUIDADO FAMILIAR E O ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS NA ÁREA DO
ENVELHECIMENTO - REPRODUÇÃO DAS DESIGUALDADES DE CLASSE,
GÊNERO E RAÇA**

MARIA HELENA DE JESUS BERNARDES¹

RESUMO

O artigo apresenta os resultados parciais de pesquisa de doutorado e analisa a experiência de cuidadoras familiares no acesso às políticas públicas na área do envelhecimento. Foi identificado que o acesso aos equipamentos é atravessado por vários impasses. O previsto nos planos não corresponde às necessidades de cuidados e reproduz a lógica familista, feminilista e racializada

Palavras-chave: Cuidado. Família. Familismo. Política Pública. Envelhecimento.

ABSTRACT:

This article presents the partial results of doctoral research and analyzes the experience of family caregivers in accessing public policies in the area of aging. It was identified that access to the equipment is crossed by several impasses. What is foreseen in the plans does not correspond to the needs of care and reproduces the family-friendly, feminist and racialized logic.

Keywords: Care. Family. Familism. Public Policy. Aging.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho constitui parte de pesquisa de doutorado cujo objetivo geral foi analisar os cuidados familiares para pessoas idosas em situação de dependência física ou cognitiva e as respostas políticas à essa problemática, considerando os seguintes aspectos: 1) a experiência de cuidadoras de um serviço especializado de atenção à saúde da pessoa idosa

¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

que circulam pela rede socioassistencial no município do Rio de Janeiro, identificando as exigências impostas para a gestão dos cuidados e o acesso às políticas públicas; 2) o formato do sistema de proteção social local; 3) os dispositivos de enfrentamento da questão por parte dos movimentos sociais da área. Para esse artigo, será destacado um dos eixos da pesquisa que trata do acesso à política pública sob o ponto de vista das cuidadoras.

A pesquisa é de natureza qualitativa, orientada pelo método crítico dialético e foi desenvolvida entre os anos de 2018 e 2019. Os procedimentos metodológicos consistiram em revisão teórico-bibliográfica, estudo documental e entrevistas semiestruturadas. Foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Estado do Rio de Janeiro\RJ (CEP\UERJ) e aprovada em 22 de janeiro de 2018 mediante parecer 2.472.349.

O estudo apoia-se em uma perspectiva crítica do processo de envelhecimento populacional no contexto das desigualdades sociais brasileiras e da centralidade das famílias na legislação. Problematisa as condições da classe trabalhadora que envelhece em situação de dependência e as demandas de cuidados domiciliares. Como nos lembra Faleiros (2017, p. 16), a vivência das pessoas idosas no Brasil não se equipara à imagem do “trabalho gratificante e autônomo na velhice”. A subsunção do trabalho ao capital impede o usufruto de uma vida plena de significados e as políticas de seguridade social não têm sido suficientes para suprir as necessidades do processo de envelhecimento e de cuidados.

Ainda que se reconheça a importância da seguridade social brasileira e a perspectiva de ampliação do acesso aos direitos prevista na Constituição Federal (CF\88) e leis subsequentes, as contrarreformas na saúde, previdenciárias, trabalhistas e outras que emergem ao longo dos anos de 1990 e 2000, constituem limites às conquistas constitucionais, impondo maiores restrições à população idosa e acirrando as desigualdades estruturais de classe, gênero e raça, sobretudo para as pessoas idosas que demandam cuidados mais sistemáticos e suas famílias e mulheres cuidadoras.

Assim, é crucial o aprofundamento das condições em que são realizadas as formas atuais de cuidados na área do envelhecimento, que traduz um duplo movimento: a abstração da condição da classe trabalhadora que envelhece desfigura as reais condições de vida desse segmento na sociedade capitalista; e o obscurecimento das relações entre trabalho e família impõe a responsabilidade solitária na provisão social e dos cuidados, garantindo a reprodução do capital.

Examinamos o cuidado domiciliar na lógica do trabalho reprodutivo, logo, traçado por injunções e transformações do mundo do trabalho que atingem diretamente o desenvolvimento dessa



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

atividade. Nesses termos, o cuidado é concebido não somente na sua dimensão individual, mas a partir das determinações macrosociais para sua produção, tanto no universo das famílias, quanto nas políticas sociais. De acordo com Bathiany (2017), o cuidado na qualidade de direito intrínseco para a vida humana deveria consistir em um pilar da cidadania social, integrado ao sistema previdenciário, de saúde e assistencial. Por conseguinte, incorporar o cuidado na agenda pública, como uma política de cuidados, resulta considerar a dimensão material, econômica e subjetiva que perpassa os cuidados.

Com base em tais considerações, é seminal fomentar o debate sobre as implicações do envelhecimento da classe trabalhadora com dependência no âmbito das famílias cuidadoras e as medidas implementadas pelo Estado, para refletir o alcance de tais políticas no atendimento às necessidades de cuidadores (as) e idosos (as). Se a velhice da classe trabalhadora é uma expressão da “questão social” (Teixeira, 2008), os cuidados familiares também se caracterizam como uma problemática da organização do trabalho na sociedade capitalista, que separa a produção da reprodução e rebaixa o trabalho reprodutivo a uma atividade natural, sem valor e a ser realizado pela mulher (Hirata, 2010; Gama, 2012; Bernardo, 2018). É imprescindível proporcionar visibilidade aos cuidados domiciliares, bem como as respostas políticas a essa questão tanto na produção de seus enunciados, quanto nas lutas engendradas pelos espaços de controle social.

Nessa direção, o artigo está organizado em três partes. A primeira traça o percurso metodológico e contextualiza as provedoras de cuidados – sujeitos da pesquisa. A segunda desenvolve a experiência de acesso às políticas públicas e a terceira trata dos recursos mais acessados e as principais dificuldades da rede socioassistencial do município pesquisado.

2 DESENVOLVIMENTO

O percurso metodológico: situando quem são as cuidadoras

Tendo como foco principal de pesquisa a experiência de cuidadoras familiares que acessavam a rede socioassistencial do município do Rio de Janeiro, entrevistamos cuidadoras vinculadas a uma unidade de saúde localizada em bairro da zona norte do município do Rio de Janeiro/RJ. Os critérios de inclusão foram cuidadoras familiares que utilizam a rede SUS, SUAS e demais recursos públicos ofertados no município. Os critérios de exclusão foram cuidadoras familiares que não acessavam recursos públicos, geralmente por contarem com seguros privados de saúde e/ou condições financeiras capazes de realizar os demais custos privadamente. A pesquisa seguiu a técnica de saturação para uma amostra não probabilística,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

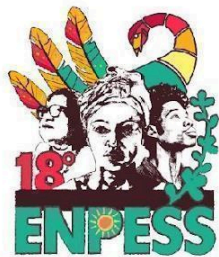
Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

como é próprio à pesquisa qualitativa, cuja finalidade não é produzir generalizações, mas pontos de partida que permitam sinalizar análises mais abrangentes. O momento de corte decorreu da saturação das respostas, à medida que as informações respondiam às questões de pesquisa (Minayo, 1994).

As reflexões se apoiaram na realidade expressa pelas cuidadoras em paralelo com o mapeamento do que estava sendo previsto e programado pelos documentos e órgãos oficiais, confrontando o proposto e o real. Em virtude dos limites desse artigo, apresentaremos sucintamente alguns resultados sobre as propostas e ações previstas nas políticas/programas para a população idosa dependente e seus familiares cuidadores no município do RJ e em funcionamento no período de 2018 e 2019. As narrativas/experiências tratadas neste material foram analisadas como elementos particulares de histórias de vida e situadas no contexto das determinações societárias mais amplas, haja vista denotarem expressões da realidade social vivida pelas cuidadoras. Todos os nomes são fictícios.

Participaram da pesquisa dez cuidadoras em acompanhamento regular na unidade. Eram todas mulheres com vínculos de parentesco (esposas, filhas, sobrinhas e nora) e idades acima de 40 anos (cinco delas tinham mais de 60 anos). A grande maioria coabitava com a pessoa idosa, revelando um artifício encontrado por essas famílias para expandir as possibilidades de apoio material e afetivo. Bernardo e Assis (2016) alertam que em parcelas da classe trabalhadora constata-se agregações junto às famílias de origem, com idosos e idosas assumindo o papel de provedores, mantendo a relação de interdependência entre as gerações. Todos os idosos e idosas de nossa amostra (12) apresentavam renda individual entre um e dois salários-mínimos. Esse rendimento era proveniente das aposentadorias e pensões, consistindo na renda principal de oito famílias, comprovando que idosos (as) com dependência funcional ou cognitiva arcam com a maior parte dos custos para a subsistência e a manutenção da estrutura de cuidados.

As cuidadoras participavam, de forma solitária e integral, de uma sequência de cuidados na família, ora cuidando dos filhos, cônjuges ou genitores, indicando, ao que nos parece, um acúmulo de experiência e a assunção de um lugar específico no interior da família, como uma expertise ou pré-requisito para arcar com os cuidados. Outra expressão desse circuito feminino nos cuidados é denominada por Souza (2016, p. 12) por “fluxo de apoio ao cuidador”, no qual, ainda que pontualmente, outras mulheres ajudavam, especialmente as filhas – partindo de gerações mais novas em direção às mais velhas –, tecendo uma rede feminina dos cuidados.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

As cuidadoras apresentavam a saúde fragilizada, secundarizando o autocuidado, por ausência de tempo ou estresse do tipo de trabalho resultante dos cuidados. “Eu já tenho problema de nervos. Não durmo direito, choro à toa e tudo me incomoda” (Sílvia). “Eu ando cansada. Com dor nas costas. Muita dor mesmo. Ando com falta de ar. Vou ver se consigo um tempo para ir ao médico” (Elvira). O cuidado tende a ser naturalizado por parte das mulheres mais velhas - principalmente esposas – que aparentavam maior resignação. Por outro lado, as mulheres mais jovens questionavam essa aptidão e problematizavam os impasses para conciliação entre trabalho e vida familiar.

A escolaridade variou de ensino fundamental incompleto (4), 2º grau completo e incompleto (4) e nível superior completo e incompleto (2). Nove entre as dez cuidadoras se autodeclararam pretas ou pardas. As mais jovens estavam desprotegidas pela previdência social sem vínculo formal de trabalho e as mais velhas eram dependentes economicamente do marido ou aposentadas por idade ou invalidez (apenas 02 eram aposentadas por tempo de contribuição). As tarefas de cuidados eram múltiplas e se complexificavam com o aumento da dependência do (a) idoso (a) e com as limitações da idade avançada da maioria das cuidadoras. O tempo destinado aos cuidados era ininterrupto e desgastante.

O conhecimento da rede: da abnegação à naturalização dos cuidados Nesse item, buscávamos compreender a vivência das cuidadoras no acesso às políticas públicas e se associavam as eventuais dificuldades de cuidados domiciliares à escassez ou inexistência de ações por parte do poder público. Inicialmente, as cuidadoras não admitiam maiores empecilhos para realizar os cuidados. A impressão que tínhamos era de que elas se sentiam, diante desse eixo da entrevista, como se estivessem em uma avaliação e talvez receassem contrariar expectativas da equipe multiprofissional perante a função considerada “natural” das famílias. “Não há dificuldades, eu resolvo” (Célia). “Dificuldades há, mas a gente vai administrando com a ajuda de vocês” (Zélia). A partir das respostas, organizamos o primeiro elenco de questões em três dimensões: a abnegação feminina nos cuidados, a naturalização dos cuidados familiares pelas equipes e o desconhecimento dos direitos e das políticas.

A 1ª dimensão é tratada por Giacomini, Uchoa e Lima-Costa (2005). Para as autoras, não cabe à esposa apenas cuidar, como deve “[...] calar suas dores, angústias, medos. Queixar-se de cansaço, pedir ou aceitar ajuda, é negar-se a fazer o que lhe foi predestinado, o que não pode ser passado adiante nem compartilhado” (Ibidem, p. 1.515). A cuidadora Elvira



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

refere: “Eu sou a esposa dele. Sempre cuidei dos filhos e dele. Eu tenho que ter forças para continuar cuidando. Agora, não tenho muita certeza se fosse o contrário, ele ia cuidar de mim”. No ambiente familiar, outros membros, notadamente os filhos, são poupados: “não quero dar mais trabalho para eles” (Elvira), “eles já têm muitos problemas” (Deise), “De vez em quando, um vem aqui e me ajuda, tá bom” (Glória).

A naturalização do lugar da família nos cuidados replica a concepção tradicional de família, invalidando as suas transformações internas e externas, além de fortalecer um discurso retrógrado em relação aos direitos, singularmente os direitos da mulher. A desvalorização do trabalho reprodutivo pesa na vida dessas mulheres, e, longe de serem consideradas improdutivas, permanecem no desgaste de sua força de trabalho nas rotinas do trabalho doméstico e de cuidados.

Houve hesitações, entre as esposas, para precisar há quanto tempo exerciam os cuidados. Como ressaltam Giacomini, Uchoa e Lima-Costa (2005), a fronteira entre o tempo de realização dos cuidados e o tempo do casamento se desfaz. Os tempos iguais embaralham o cuidado com o próprio casamento, como se fossem atividades inerentes à relação conjugal e ao papel feminino na casa. Para as autoras, somente as novas atribuições de higiene sugerem algum desconforto frente ao contato com o corpo do marido envelhecido e doente. “A sujeira é a parte mais difícil pra mim. Eu limpo ele direitinho. Ele faz dia sim, dia não. Eu não me sinto bem, mas eu tenho que fazer” (Elvira).

Saraceno e Naldini (2003) ressaltam que a divisão do tempo destinado às diversas atividades domésticas (e de lazer) é condicionada pelos tempos sociais externos às famílias e variável segundo sexo, idade e posição familiar. Há uma interdependência entre as exigências de tempo do trabalho remunerado, com sua rigidez e ausência de direitos relativos à reprodução, e as exigências de tempo do trabalho familiar, no qual o primeiro condiciona o segundo. Tais conflitos, numa lente conservadora, são resolvidos pela renúncia feminina e o sacrifício mediante o apelo do amor.

O tempo demonstrado pelas cuidadoras figura tão segmentado quanto o tempo do trabalho produtivo. São decretados ritmos e ciclos de tarefas que precisam ser seguidos. Organizadas pelo ciclo cronológico do tempo externo, tais tarefas surgem condicionadas aos ditames alheios acerca das necessidades de cuidados.

Para Harvey (2014), nem as categorias de tempo, nem de espaço na vida social e seus diferentes sentidos, podem ser problematizadas objetivamente sem levar em conta os processos materiais de produção e reprodução. Como são categorias básicas da existência



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

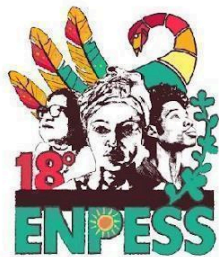
humana, costumam ser representadas como autoevidentes e não como construções materiais estabelecidas entre processos políticos, econômicos e culturais. O tempo na sociedade capitalista é marcado pelo tempo da produção, logo pela expropriação da energia humana da força de trabalho. A vida passa a ser regida não pelo tempo cíclico (dos climas, estações e períodos sazonais da natureza), mas pelo tempo que gera valor e “desumaniza” o próprio homem. O envelhecimento, por sua vez, passa a ser balizado pelo desgaste e uso do tempo vital, que pode anunciar um tempo de incertezas e inseguranças².

A 2ª dimensão é constatada na relação das cuidadoras com o espaço profissional. Essas cuidadoras resignadas e “competentes” eram frequentemente elogiadas. Entretanto, quando ocorria algum deslize, a não realização de determinado exame/orientação, alguma confusão ou até mesmo um choro, a equipe de saúde prontamente acendia o alerta. Isto é, em face do desvio da rota, medidas devem ser tomadas para o retorno ao equilíbrio ou à norma, que seriam os cuidados prestados adequadamente no espaço doméstico pelos familiares. Chamamos a atenção para os seguintes pontos:

- a) a naturalização dos cuidados familiares é evidenciada nas orientações previstas no campo;
- b) as expectativas profissionais atribuem o “sucesso” dos cuidados às funções tradicionais da família, embora possam admitir (no plano dos discursos) a pluralidade de arranjos;
- c) as intervenções são realizadas para retomar as funções originais; d) a idealização dos cuidados e das funções familiares ignora ou secundariza as determinações sociais de tais necessidades;
- e) a não admissão do caráter coletivo dos cuidados individualiza as necessidades sociais e desloca as responsabilidades públicas do Estado para o universo privado;
- f) apela-se para o campo moral e das responsabilidades de solidariedade intergeracional.

Mioto e Dal Prá (2015, p. 152) analisam a relação das famílias com os serviços e apontam reflexão similar. Para elas, os serviços qualificam as famílias em “boas” ou “más”,

² Assim como as cuidadoras, os velhos e velhas trabalhadores(as) de nossa pesquisa tiveram um tempo de trabalho marcado pelas sujeições do trabalho alienado, que impôs ritmos e fluxos não perceptíveis, mas apropriados no cotidiano de suas vidas.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

por meio de avaliações sobre o seu funcionamento, emitindo juízos de valor. “[...] aquelas que acolhem e oferecem sustentação aos seus doentes [...] são conhecidas como boas famílias. Aquelas que delegam seus membros necessitados aos serviços e se furtam de sua presença e de seus cuidados são tidas como más famílias”.

Essa é uma lógica que já reconhecíamos em nossa trajetória profissional e seguramente foi um dos motivadores para a pesquisa realizada. Confirmamos que a família, ao ser alçada à condição de cuidadora e segmento prioritário nas práticas de cuidado, anuncia um *status* diferenciado e uma atenção específica da gerontologia, que, ao acentuar a abnegação feminina, torna inconteste os cuidados familiares e não interroga o lugar do Estado na proteção social. As expectativas sobre as famílias se sofisticam e sua participação é cada vez mais solicitada, ao mesmo tempo que se constata maior volume de deficiências nos serviços públicos. É o que Mioto e Dal Prá (2015, p. 150) chamam de “campo de cuidados”, um espaço intercambiável entre os serviços, profissionais e familiares, no qual ocorrem negociações e atribuições pelas responsabilidades de cuidados e provisão de bem-estar.

Sobre a 3ª dimensão, o conhecimento dos direitos e das políticas, detectamos que as cuidadoras manifestaram dúvidas, desconhecimento e quando muito referiam genericamente ao Estatuto do Idoso (recentemente nomeado como Estatuto da Pessoa Idosa), sem detalhamento de seu conteúdo. Identificamos uma compreensão do papel do Estado como auxiliar à família. Num primeiro momento, essa parecia ser a concepção prevalente, o lugar incontestável da família nos cuidados e, com isso, pouca politização do cuidado como direito. Ao aprofundar mais a questão, indagando outros elementos, algumas cuidadoras conseguiam refletir sobre a importância do suporte institucional para os cuidados domiciliares. Contudo, parece que o ceticismo com o poder público e a resignação do cuidado familiar compõem um cenário de apatia, no qual não há o que fazer. Muitas vezes, de modo desesperado, recorriam às equipes, para que algumas questões de acesso fossem resolvidas, provocando, em alguns profissionais, sensação de angústia frente à ausência da intersetorialidade, ou como descreve Cecílio (2012, p.4), uma “impotência compartilhada”.

A ausência de conhecimento dos direitos e até mesmo da rede de proteção social pode resultar no desconhecimento das formas políticas e coletivas de organização. A falta de articulação sugere ainda uma frágil condição para o exercício da defesa dos direitos de cidadania das pessoas idosas e familiares.

Complementamos, com o suporte em Campos e Mioto (2003), que o caráter familista da política pública brasileira não é um fenômeno novo, mas se incrementa nos anos 1990 por intermédio de argutos ideopolíticos alicerçados em princípios ético/morais de reforço a valores de solidariedade familiar e comunitária, bem como das orientações dos organismos multilaterais



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

que defendem o lugar central das famílias na provisão social como artifício para redução dos gastos públicos.

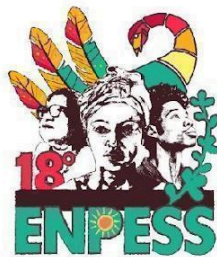
A resolução das questões relativas ao cuidado (como direito) permanece no limite dos recursos privados e não alcançam a esfera pública. E isso se agrava, caso os serviços, os quais tais cuidadores acessam, mantiverem a endogenia desse debate. O que verificamos lamentavelmente é que, quando as unidades não criam ações mais coletivas ou de fomento dessa discussão nos espaços assistenciais e de gestão dos próprios serviços, contribuem para que tais dramas sejam continuamente vividos isoladamente. Depreendemos que algumas equipes multiprofissionais contestam a ausência de políticas públicas e elaboram estratégias para reduzir os encargos e cobranças familiares. Porém, isso é insatisfatório diante das complexas necessidades de idosos (as) e cuidadoras. Esse quadro se acirra quando a questão não é discutida nos espaços de controle social, podendo demonstrar ausência de articulação sobre o tema. Cabe lembrar que pautar o debate nos espaços públicos permite a sua coletivização, saindo dos muros institucionais e dos interiores das famílias para alcançar visibilidade e tornar-se necessidade coletiva.

Estratégias e acesso aos recursos públicos

Nesse item, interrogamos quais os recursos mais acessados e as dificuldades ou facilidades encontradas. As perguntas foram norteadas por dois eixos centrais: o meio de acesso e a qualidade dos serviços.

A nossa sensação inicial foi que a obviedade dos limites das respostas políticas, vinculada à naturalização da família, rebate diretamente na falta de espaço para pensar sobre o tema, muito menos questionar. Notamos certa reticência das cuidadoras para tratar dos recursos que acessavam. As respostas variavam de “nada funciona”, em uma espécie de generalização do discurso que desqualifica o setor público, ou uma posição mais indiferente. Após os estímulos, percebíamos que algo despertava. A atitude, antes mais desinteressada e passiva, modulava para uma ação de maior indignação, ainda assim com pouca força e atitude proativa. Os desafios dos cuidados eram tão complexos que impediam o acúmulo de novas preocupações. Por vezes, não realizar determinados procedimentos de cuidados ou pagar por eles era o caminho menos danoso.

É importante registrar que não visávamos recuperar os itinerários terapêuticos das cuidadoras, no sentido de recompor os caminhos percorridos. Para tanto, era necessário montar uma cartografia que permitisse conhecer a sequência de acontecimentos, assim como



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

os protagonistas e/ou contatos facilitadores para o acesso. O escopo de nosso estudo viabilizou a aproximação com alguns dos entraves para esse acesso e a identificação dos recursos acionados.

Averiguamos que, em sua maioria, as cuidadoras buscavam as alternativas em suas redes pessoais ou nas redes filantrópicas. O que predominou na presente pesquisa foi a resolução por meio do desembolso direto. Ou seja, pagou-se pelo serviço. “Era tão complicado marcar aquele exame que fiz as contas dos gastos que teria saindo várias vezes de casa para marcar que preferi pedir emprestado e paguei o exame particular” (Glória). A mercantilização, nesse caso, não foi uma escolha, nem alternativa, mas sim a única via de acesso. Fica patente que a desqualificação do setor público, pela inoperância ou burocratização, encobre interesses mercantis. A saúde suplementar, a previdência privada, os vários tipos de planos de saúde mais populares e os exames de baixo custo, entre outros, são mecanismos para transformar as dores e sofrimentos em mercadorias, a qualquer preço. Em última instância, o mercado privado se beneficiou à medida que o serviço ou equipamento foi comprado e não adquirido como uma política pública. Verificamos essa condição para realização de exames, medicamentos, fraldas geriátricas, espessantes, suplementos nutricionais, cadeira de rodas e outros equipamentos.

Comumente, a “pressão” exercida pelas equipes para a aquisição daquele insumo ou exame como uma importante tecnologia de cuidado tensiona as famílias a resolverem em um tempo, em geral, incompatível com o tempo de resposta das políticas públicas. “Fui tentar marcar o exame e me mandaram voltar daqui a 6 meses. A doutora pediu para eu levar o exame na próxima consulta, mas só vou poder fazer o exame depois” (Silvia).

Comprovamos que expedientes diferenciados, e por vezes combinados, eram mobilizados para acessar um dado programa ou serviço. Antes mesmo de assumirem os custos financeiros, os familiares dirigiam-se aos fluxos institucionais, às redes pessoais e à judicialização. O apelo à judicialização foi constante, principalmente nessas situações, nas quais se evidenciavam o esgotamento dos meios próprios das famílias e a insuficiência das políticas públicas.

As famílias da classe trabalhadora com rendimentos mais baixos tendem a ser mais oneradas diante da ausência de recursos públicos. Sem capacidade financeira para arcar com os custos, essas cuidadoras, em um “mundo familiarizado”, como diz Franzoni (2008), recorrem às fontes de sua própria rede primária. A renda familiar, normalmente reduzida e instável, e as políticas públicas, distantes e burocráticas impõem as famílias trocas entre si e nas redes mais próximas, visando à satisfação de necessidades sociais.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Sobre os fluxos institucionais, confirmamos que as normas e regras estabelecidas institucionalmente eram seguidas pelas cuidadoras usuárias. Não constatamos esquemas para burlar vagas ou acionar agentes clientelísticos. Apesar disso, perante a ausência de transparência de tais fluxos ou informações desconstruídas e pouco elucidativas, as cuidadoras tentavam apoio com os profissionais. Nessa dinâmica, eram tecidas estratégias múltiplas, que percorriam desde contatos formais, estabelecendo redes de cooperação interprofissional ou interinstitucional, até contatos informais, criando intercessões entre as esferas pública e privada.

As famílias participavam desse processo de construção das redes, buscando as fontes mais próximas de seu cotidiano. Observamos que as famílias de segmentos mais empobrecidos costumam ter menos chances de interferência no espaço público, embora recorram frequentemente às suas redes igualmente precarizadas. “[...] as famílias não se encontram nas mesmas condições materiais e culturais, e com isso as possibilidades de usufruírem dos serviços também se tornam desiguais” (Mioto; Dal Prá, 2015, p. 150).

Conforme Saraceno e Naldini (2003), essas atividades que envolvem tanto a articulação nos serviços (frequência às consultas, tornar-se referência nos cuidados, realizar as mediações familiares e institucionais e outras ações) quanto a procura por insumos e serviços de cuidados constituem trabalho familiar. É um conceito que agrega desde o trabalho doméstico, em sentido estrito, o trabalho de cuidados com familiares dependentes, até atividades requeridas pelos serviços, que exigem tempo, disponibilidade e compromisso. E, como trabalho familiar não remunerado, revela, portanto, relações desiguais.

Em geral, identificamos muitos problemas quanto ao acesso: suspensão de programas, precariedade nos atendimentos em unidades específicas, informações pouco transparentes, burocracia na documentação exigida, insuficiência dos benefícios previdenciários, dentre outras várias questões indissociáveis de projetos ideopolíticos que disputam os diferentes espaços sociais.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS: o circuito familista na política para idosos (as) com dependência

Ao percorremos a rede socioinstitucional do município do Rio de Janeiro, ratificamos o padrão de política social no contexto das contrarreformas do capitalismo contemporâneo e o distanciamento entre o previsto em lei e o efetivado nos serviços. A lógica empresarial e de



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

focalização está totalmente entranhada nos projetos assistenciais e de saúde. Os números são demonstrados quanto à sua efetividade, mas as pessoas continuam em sofrimento e não conseguem usufruir adequadamente os serviços e programas. Nesse cenário³, as adversidades são extremas e complexas.

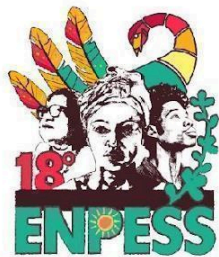
O modelo produtivista que se estabeleceu como hegemônico na saúde e na assistência no município do Rio de Janeiro e acentuado nas gestões de Eduardo Paes (2012- 2015) e Marcelo Crivella (2016-2019) sob o argumento da crise orçamentária, não somente reproduziu a lógica residual da política pública, como sobretudo ampliou as dificuldades de acesso aos equipamentos públicos⁴.

Várias questões foram identificadas como dificultadores para o acesso: a gestão por organizações sociais (OSs) que persiste como modelo, mesmo com as irregularidades continuamente anunciadas; o desenho da atenção básica na saúde que não consegue se firmar como coordenadora da rede, fato esse intensificado com a reformulação da Política Nacional de Atenção Básica – PNAB – em 2017; as dificuldades de estabelecimento de fluxos contínuos na rede de saúde e de assistência, o que inclui ausência de comunicação e articulação entre os serviços especializados e demais equipamentos socioassistenciais; a acessibilidade e qualidade dos transportes que dificultava ou até mesmo impedia a locomoção das pessoas idosas cadeirantes e com limitações funcionais; a focalização da Política de Assistência Social que não consegue garantir ações efetivas para as pessoas idosas mais dependentes; entre outras questões. As cuidadoras de nossa amostra não eram cobertas o bastante pela rede socioassistencial o que demonstra a fragilidade das ações intersetoriais e o comprometimento do cuidado integral.

Portanto, os desafios postos pela Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa – PNSPI (BRASIL, 2006) e em documentos mais recentes do Ministério da Saúde (BRASIL, 2014; 2019) ainda estão por serem superados. O que observamos é que perdura um descompasso entre a oferta dos serviços e o que é preconizado em lei. Os recursos são escassos, muitos serviços previstos sequer foram implantados e os serviços especializados criados são inexpressivos diante da demanda crescente por atendimento especializado e qualificado na área.

³ Como a pesquisa foi realizada em 2019, não analisamos o impacto da pandemia de covid-19 na produção de cuidados familiares. Certamente as dificuldades de acesso foram intensificadas. Estudos posteriores recuperaram os desdobramentos da pandemia no processo de cuidados de pessoas idosas (Ver Groisman et al., 2021).

⁴ Evidentemente que, embora reconheçamos que houve poucas mudanças em termos de acesso aos recursos públicos da rede territorial pesquisada, é necessário advertir que o período pesquisado não abrangeu a pandemia de covid-19, como dissemos, nem as mudanças regulatórias ocorridas posteriormente, assim como o período que transcorreu com a 2ª gestão do prefeito Eduardo Paes (2020-2024).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

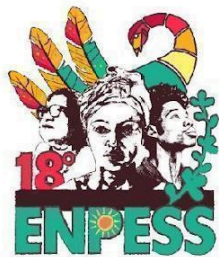
Confirmamos que as dificuldades dos cuidados se exacerbam diante da conformação de nossas políticas públicas, pois a sua maior ou menor abrangência impacta diretamente os cuidados realizados pelas famílias e a assistência prestada às pessoas idosas. As lacunas assistenciais relatadas pelas cuidadoras e expressas no desânimo, ceticismo, desconhecimento e solidão alertam para o impacto quanto ao atendimento às suas necessidades, evidenciando um regime de “proteção social” residual e familista.

Para Santos (2017), o familismo, na cena contemporânea, não se revela apenas com propensão, mas como fundamento das políticas sociais no Estado capitalista, constituindo uma complexa relação entre Estado e família na delegação das obrigações sociais que transitam por três níveis: transferência (delegação de responsabilidades), compartilhamento (ações pontuais) e omissão (ausência total de ações). Tais variantes se sobrepõem e se metamorfoseiam nos discursos e práticas, convertendo-se em manobras operadas pelo Estado na gestão das políticas.

O traço familista na política social brasileira já estava incluso na Constituição Federal (CF/88), apesar de suas conquistas e esforços de setores da sociedade no sentido de fortalecer a lógica da seguridade social e da desfamiliarização. A CF/88 inspiraria a maior parte das legislações seguintes, em particular a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), o Estatuto do Idoso\Pessoa Idosa e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Exemplificando como esses níveis do circuito familista operam nas políticas, Santos (2007) sinaliza que o compartilhamento é identificado na PNAS, por meio da política de transferência de renda (BPC e Bolsa Família); o familismo por transferência é percebido no Estatuto do Idoso\Pessoa idosa, ECA e na saúde (nas estratégias de desospitalização e no programa melhor em casa); e o familismo por omissão é perceptível nas ações de dependência de longa duração, dado que não há ações dessa natureza previstas nas políticas públicas.

Aproveitamos a análise do autor para registrar que os resultados da nossa pesquisa apontam para um familismo de omissão e transferência no que tange às ações das políticas sociais para o segmento de idosos (as) mais dependentes e de apoio às cuidadoras. A maioria das famílias atendidas na unidade de referência tentavam acessar os recursos oferecidos pelo setor público e filantrópico. Sem embargo, avaliavam a insuficiência deles em vista do volume de necessidades oriundas do processo de adoecimento, bem como a morosidade e burocratização desses trâmites. As iniquidades no acesso impedem o pleno alcance a tais serviços e reitera a estratificação dos grupos populacionais.

Lole e Almeida (2017, p.7), ao analisarem o sistema de proteção social brasileiro,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

ratificam que a lógica conservadora em relação às famílias, repercute significativamente entre as mulheres e entre as mulheres negras, sendo possível afirmar que a proteção social no Brasil se fundamenta no familismo, na feminilização e na racialização. O acesso às políticas públicas e os cuidados realizados pelas mulheres, como vimos na pesquisa, revelam a interseção e a reprodução das desigualdades estruturais de classe, gênero e raça. Não por acaso, a realidade das cuidadoras negras de nossa amostra sugere condições de iniquidades expressas na escolaridade, no desemprego, na renda e na desproteção social.

É urgente o enfrentamento de tais desigualdades e fundamental que a política garanta direitos aos demandantes de cuidados e aos principais provedores, no caso, as mulheres negras. O reconhecimento profissional e a ampliação de equipamentos públicos, similarmemente, podem contribuir para a construção de um sistema mais extensivo.

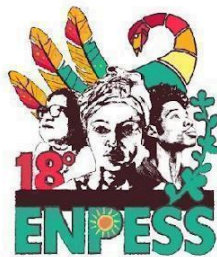
Frisamos que a luta por políticas públicas de cuidados no Brasil deve constar da agenda política dos vários setores e não restrito à área do envelhecimento. Defendemos, aqui, a necessidade uma política integral, em contraposição a ideia de cuidado como mercadoria e que efetivamente garanta o suporte devido às pessoas idosas e suas famílias\mulheres, e ao conjunto da classe que vive do trabalho nesse país.

A pesquisa realizada no Doutorado, por ter sido concluída em 2019, não considerou a construção da Política Nacional de Cuidados – encaminhada em formato de Projeto de Lei⁴ para o Congresso Nacional em julho\2024 - após dois anos aproximadamente da criação da Secretaria Nacional de Cuidados e Família e de um grupo de trabalho interministerial que articulou experiências exitosas, pesquisas e audiências públicas. Desse modo, é necessário destacar o avanço na direção da construção de um marco legal e histórico sobre o cuidado no Brasil que abre novas perspectivas em termos de uma organização social de cuidados mais integral, democrática e inclusiva.

4 REFERÊNCIAS

BATHYANY, K. Desafios para a organização da política de cuidados no Uruguai. *In*: ARAUJO, C.; GAMA, A. (Orgs.). **Entre a casa e o trabalho**: gênero e família no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: NUDERJ-UERJ, RJ; ABE Graph, 2017.

BERNARDO, M. H. J. A produção de cuidados na família e as políticas para o envelhecimento. **Em Pauta – Revista da FSS-UERJ**, UERJ, n. 42, RJ, 2018. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/39408>. Acesso em 02.jun.2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

BERNARDO, M. H. J.; ASSIS, M. Atenção integral à saúde do idoso: por que e para quê? *In*: BERNARDO, M. H. J.; MOTTA, L. B. (Orgs.). **Cuidado e interprofissionalidade** – Uma experiência de atenção integral à saúde da pessoa idosa (NAI/UnATI-HUPE-UERJ). Curitiba: Editora CRV, 2016.

BRASIL. **Portaria nº 2.528**, de 19 de outubro de 2006. Aprova a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt2528_19_10_2006.html>. Acesso em: 7 jun. 2024.

_____. **Diretrizes para o Cuidado das Pessoas Idosas no SUS**: Proposta de Modelo de Atenção Integral. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_cuidado_pessoa_idosa_sus.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2024.

_____. **Orientações técnicas para a implementação de linha de cuidado para atenção integral à saúde da pessoa idosa no sistema único de saúde (SUS)**. Brasília: Ministério da Saúde, 2019. Disponível em:

⁴ Assinam o projeto de lei, Wellington Dias, Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, a ministra das Mulheres, Cida Gonçalves e o ministro Direitos Humanos e Cidadania, Silvio Almeida. <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/linha_cuidado_atencao_pessoa_idosa.pdf>. Acesso em: 10 maio 2024.

CAMPOS, M. S.; MIOTO, R.C. T. Política de Assistência Social e a posição da família na política social brasileira. **Ser Social**. Brasília, UNB, 12, p. 165-190, jan./jun. 2003. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12932/. Acesso em: 10 mar. 2024.

CECÍLIO, L. C. O. Escolhas para inovarmos na produção do cuidado, das práticas e do conhecimento: como não fazermos “mais do mesmo”. **Revista Saúde e Sociedade**, v. 21, n. 2, p. 280-289, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/sausoc/2012.v21n2/280-289/pt/>. Acesso em 10 agosto 2024.

FALEIROS, V. P. Prefácio. *In*: TEIXEIRA, S. M. (Org.). **Envelhecimento na sociabilidade do capital**. São Paulo: Papel Social, 2017.

FRANZONI, J. M. **Arañando bienestar?** Trabajo remunerado, protección social y familias en America Central. Buenos Aires: CLACSO, 2008.

GAMA, A. S. **O conflito entre trabalho e responsabilidades familiares no Brasil** – Reflexões sobre os direitos do trabalho e a Política de Educação Infantil. 2012. 228 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Rio de Janeiro, 2012. ENSP, 2012.

GIACOMIN, K. C.; UCHOA, E.; LIMA-COSTA, M. F. F. Projeto Bambuí: a experiência do cuidado domiciliário por esposas de idosos dependentes. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, n. 21, v. 5, p. 1509-1518, set./out. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/FbdYmHKJnzh3nrrz46TNFRx/>. Acesso em 10 jan. 2024.

GROISMAN, D.; ROMERO, D.; ANDRADE, Z. P.; ARAUJO, A.B.; ARAUJO, G.C.L.; BARROS, H.; BERNARDO, M.H.J.; CAVALETTI, A.C.L.; DAMACENA, G. N.; PASSOS, R. G.; SANTOS, A.G.S.; SOUZA JÚNIOR, P.R.B.; TRAVASSOS, R. **Cuida-Covid: Pesquisa nacional sobre as condições de trabalho e saúde das pessoas cuidadoras de idosos na pandemia – Principais resultados**. Rio de Janeiro: EPSJV/ICICT/Fiocruz, 2021. Disponível em: https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/files/Relat%C3%B3rio_CUIDA_COVID_05_10_2021.pdf. Acesso em 13.08.24.

HARVEY, D. **Cidades rebeldes: do direito a cidade à revolução urbana**. SP: Martins Fontes, 2014.

HIRATA, H. S. Teorias e práticas do *CARE*: estado sucinto da arte, dados de pesquisa e pontos em debate”. In: FARIA, N.; MORENO, R. (Orgs.). **Cuidado, trabalho e autonomia das mulheres**. São Paulo: SOF, 2010 (Coleção Cadernos Sempre Viva, Série Economia e Feminismo, 2).

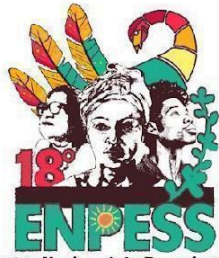
LOLE, A.; ALMEIDA, C. C.L. Políticas para mulheres e lutas feministas: os paradoxos da proteção social. **Revista Argumentum**, Vitória, v. 9, n. 1, p. 46-60, jan./abr. 2017.
MIOTO, R. C. T.; DAL PRÁ, K. R. Serviços sociais e responsabilização da família: contradições da política social brasileira. In: MIOTO, R. C. T.; CAMPOS, M. S.; CARLOTO, C. M. (Orgs.). **Familismo, direitos e cidadania: contradições das Políticas Sociais**. São Paulo: Cortez, 2015.

MINAYO, M. C. **O desafio do conhecimento**. São Paulo/Rio de Janeiro: HUCITEC ABRASCO, 1994.

SANTOS, W. R. O circuito familista na política de assistência social. **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, ago./dez., 2017. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/fass/article/view/24250>. Acesso em: 4 fev. 2023.

SARACENO, C.; NALDINI, M. **Sociologia da família**. Lisboa: Estampa, 2003.

SOUZA, C. S. de. **Envelhecimento e novas relações de cuidado**: Um estudo antropológico sobre cuidadores de idosos. 2016. 2016 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, UFBA, Salvador, 2016.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

TEIXEIRA, S. M. **Envelhecimento e trabalho no tempo do capital**. Implicações para a proteção social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008.